

A Bandeira Republicana e sua História

LUIZ HILDEBRANDO DE HORTA BARBOSA

TODA a existência do homem é dominada pelas emoções e sentimentos, bons ou maus, altruístas ou egoístas que o impelem a pensar e a agir em proveito próprio, ou em benefício de outrem.

A vida social desenvolve, fortalece e aprimora essas características emocionais da natureza humana, oferecendo-lhes objetivos elevados, diferentes daqueles mesquinhos e insignificantes que, ligados à própria personalidade de cada um, são incapazes de atingir às sublimidades da abnegação.

Promover a felicidade da família, da Pátria e de toda a Humanidade; trabalhar para que cessem a miséria, a dor e a maldade que acabrunham as grandes massas humanas, constituem incentivos cada vez mais enérgicos, puros e nobilitantes para o conjunto dos impulsos afetivos que tanto embelezam a alma humana, elevando-a do paul rasteiro e diferenciando-a da grosseira animalidade primitiva.

As verdadeiras emoções altruísticas encontram encanto e estímulo na dedicação e até no sacrifício. Quem, melhor que as mulheres, conhece êsses estados d'álma em que todo o ser humano se concentra e se resume num objetivo único, obsessante e imperioso que nos encanta e nos tortura; que nos rouba as noites de sono e tranqüilidade, e nos enche os dias de trabalho e preocupações sem fim?...

Os sentimentos estão quase sempre intimamente ligados e são despertados, com maior ou menor vivacidade, ao se ouvir uma música, um nome, ou ao se contemplar uma simples paisagem, um quadro, um retrato, uma velha carta, uma roupinha amarelecida pelo tempo, ou ainda por uma mecha de cabelos, e por infinitas outras pequenas coisas, objetos ou sinais que se prendem aos entes amados e que nos evocam uma imensidade de saudades, de emoções e de paixões já vividas que novamente vêm à tona, dominando a nossa personalidade.

Essa poderosa correlação que existe entre certos objetos ou coisas, ou ainda entre determinadas imagens, principalmente visuais e auditivas, e as nossas mais íntimas emoções, provém da lei psicológica que assinala a íntima e permanente ligação que acaba por se estabelecer entre os sentimentos, as imagens e os sinais entre os quais as

circunstâncias hajam uma vez estabelecido vínculos de correspondência, seqüência ou simultaneidade.

Os sinais, tanto quanto as imagens, desde que instituídos de modo adequado, assumem na vida humana, quer individual, quer coletiva um poder imenso, graças à capacidade que possuem de despertar ou avivar os sentimentos mais ou menos intensos os quais, por sua vez, impelem enérgicamente os homens a pensar e a agir no sentido da satisfação dos desejos assim surgidos.

Os gritos bélicos das hordas guerreiras do nosso longínquo passado excitavam a coragem e a energia segundo o mesmo mecanismo psíquico que ainda hoje faz com que os franceses vibrem de viva emoção ao ouvirem os inspirados acantos da Marselhesa e os ingleses aos acordes solenes de "God Save the King".

Assim como os povos do alvorecer da Humanidade se coligavam intimamente em torno dos seus fetiches que simbolizavam a unidade da tribo, ao mesmo tempo que distinguiam e separavam os seus homens dos que integravam os outros clãs, assim também, ainda em nosso tempo, e por todos os séculos vindouros, a bandeira, o pavilhão de cada povo, encerra e sintetiza, numa imagem simbólica, todo o amor, e todo o apêgo que de modo invencível, liga cada ser humano à sua terra natal, aos seus antepassados, aos seus descendentes, aos seus ideais, aos sonhos e recordações de infância, em uma palavra, à sua Pátria.

O hino e o pavilhão nacionais são, indiscutivelmente, os símbolos máximos, um fônico, outro visual, ante os quais todos nós nos sentimos arrebatados até as profundezas insondáveis de nossas almas. É essa invencível emoção que nos induz a balbuciar tal como o poeta no exílio:

Nossos céus têm mais estrêlas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores...

A Humanidade sempre possuiu, em todas as idades, símbolos religiosos, filosóficos, ou políticos com os quais sintetiza, em cada época, os seus ideais ou as suas emoções mais características e populares.

Todos conhecemos o profundo poder sentimental que, há quase dois mil anos e ainda hoje,

tem a cruz sobre os povos cristãos e o Crescente ou a bandeira verde do Profeta sobre os maometanos. O taciturno e pensativo môcho dos atenienses; a lôba romana; o boi Apis dos egípcios; o touro alado dos assírios; o dragão fabuloso dos chineses; o Sol nascente dos nipões; a águia bicéfala dos austríacos; o leopardo e o unicórnio do escudo inglês; o signo salomônico dos israelistas, e tôda essa imensidade de sinais e de insígnias, de ordem totêmica ou não, que congregavam os nossos antepassados em tôrno de objetivos ora militares, ora religiosos, ora políticos, provam quanto é peculiar à psicologia humana o emprêgo dos símbolos, isto é, dos sinais intimamente ligados a um conjunto mais ou menos complexo de sentimentos que, desde então, êles se tornam capazes de sintetizar, despertar, avivar e até mesmo sublimar em incontidos arroubos emocionais.

Tal o fundamento científico, vale dizer, de conformidade com a natureza humana, das bandeiras, pendões, lábaros ou pavilhões que, hoje em dia, juntamente com os hinos nacionais, resumem todos os sentimentos patrióticos, centralizando tôda a nossa capacidade de abnegação e de amor à terra em que nascemos e ao povo a que pertencemos.

Diodoro de Sicília, historiador grego contemporâneo de César, pretende que os egípcios foram os primeiros a usarem bandeiras, isto é, retângulos de pano nos quais pintavam ou bordavam a effigie de seus animais sagrados, principalmente do boi Apis. Êsses retângulos eram, como agora, pregados no tôpo de lanças e drapejavam ao sabor dos ventos.

O Antigo Testamento nos revela que as doze tribos de Israel possuíam, como quase todos os demais povos da terra, insígnias constituídas de estatuetas representando animais e sustidas na ponta de longas hastes. Bem mais tarde essas estatuetas foram substituídas por pedaços de tecido de formas variadas nas quais aquêles animais eram pintados. Juda, Issachar e Zabulon, filhos de Jacob, tinham em suas bandeiras um leão com a divisa "que o Senhor se erga e que os nossos inimigos sejam derrotados". A insígnia de Simeão continha a figura de um cervo circundado pela divisa: "escuta, Israel, o Senhor teu Deus é o único Deus".

Xenofonte escreve que o distintivo dos reis persas era constituído por uma grande águia de asas abertas erguida no tôpo de uma esguia lança.

Os romanos, nos primórdios de sua existência nacional, usavam insígnias nas quais preponderavam a águia, o lôbo, o touro, o cavalo e o javali. Eram êsses animais os totens dos sabinos, latinos e dos romanos, finalmente unificados sob a preponderância dos últimos.

Alguns séculos mais tarde a preferência coube à águia, soberbo pássaro de rapina, desde então considerado "o Deus das legiões" por êsse aguerrido povo.

Usavam também os romanos o vexilo, estandarte constituído por um pano retangular ou triangular, mais ou menos longo, pregado a uma

haste que, por sua vez, era pendurado por dois cordéis, na ponta de uma lança com a qual tomava a forma de uma cruz. Foi um lábaro dêsse tipo, com a célebre inscrição: "in hoc signo vinces", que Constantino alegava haver recebido do céu para conduzi-lo à vitória.

Durante a Idade Média, o rêgime feudal subdividiu a Europa em pequenas unidades políticas cujas existências giravam em tôrno do Senhor o qual, por isso, era quem possuía pendão, estandarte, escudo e demais emblemas heráldicos.

Por ocasião das cruzadas, todos os povos que marchavam para a conquista da Terra-Santa adotavam um vexilo ou estandarte branco com uma cruz vermelha. Posteriormente, para se diferenciarem, os italianos pintavam a cruz em amarelo, os lorenos em verde, ao passo que os franceses conservavam a côr vermelha.

Nos fins da feudalidade surgiu a bandeira prôpriamente dita, mas ainda como insígnia particular do rei, duque ou do capitão comandante e não como emblema geral da pátria.

A primeira bandeira nacional, no sentido moderno, tremulou aos ventos nos Estados Unidos da América do Norte em 1776, tendo sido adotada oficialmente a 14 de junho de 1777 pelo Congresso Constituinte. Desenhou-a Francis Hopkinson, um dos signatários da Declaração da Independência.

A heróica tricolor da França foi instituída durante a grande revolução de 1789, depois da preferência popular haver oscilado entre o verde das fôlhas arrancadas das árvores de Palais Royal, como símbolo, por Camilo Desmoulins e as côres vermelho e azul da Cidade de Paris combinadas com o branco constitucional. Lafayette e Bailly depois confirmados pela Convenção, generalizaram o uso da "cocarde tricolor" e, em seguida, da imortal bandeira azul, branco e vermelho, na qual freqüentemente se lia o célebre lema "Liberté, Egalité et Fraternité".

Sob o influxo da Revolução Francesa e dos Estados Unidos, a América Espanhola emancipou-se já livre dos preconceitos da heráldica e do armorial feudais. As várias repúblicas assim surgidas adotaram bandeiras como símbolos puramente nacionais.

A bandeira do Brasil tem uma história de quatro longos séculos. Ela nasceu e transformou-se lentamente no período Colonial, assumindo várias formas, algumas imprecisas e pouco conhecidas, outras bem definidas, até atingir a bela e harmoniosa composição de nossos dias.

"As lusas naus gloriosas, diz Faustino da Fonseca, que conduziram seus intrépidos navegadores à conquista dos novos continentes, tinham a cruz pintada nas velas, como se vê em todos os desenhos dos séculos XV e XVI, e desfraldavam também uma grande variedade de bandeiras, entre as quais o estandarte real, branco, com as armas portuguesas; a bandeira branca com a cruz de Cristo; o pendão das quinas, branco, debruado a vermelho, com as cinco quinas azuis redondas; bandeiras azuis com a cruz branca e as quinas;

guiões e pendões farpados, brancos, com a cruz de Cristo; pendões farpados, verde-amarelo e amarelo-vermelho; bem como flâmulas verdes e vermelhas, içadas no mastro grande, a par das bizarras divisas e insígnias especiais de cada capitão!

O primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Souza, ao fundar a futura cidade do Salvador, deu-lhe por armas, em campo azul, uma pomba branca tendo no bico um ramo de oliveira e, em tórno, a divisa em letras amarelas "Sic illa ad arcam reversa est". Esta foi, portanto, a primeira das bandeiras exclusivamente brasileira. Nela já se viam o branco e o azul, combinados com o verde e o amarelo, bem como uma divisa característica em latim.

Durante o domínio espanhol (1616-1640) foi conservada a bandeira portuguesa, branca com o escudo branco e cinco escudetes azuis em cruz, sobreposto a outro escudo vermelho rodeado de 7 castelos amarelos ou dourados.

Restaurada a independência de Portugal, D. João IV passou a usar um pavilhão branco, orlado de azul, com as armas e a coroa. Em 1669, diz Clovis Ribeiro, a bandeira é verde com as armas reais ao centro. Em meados do século XVIII o pavilhão tinha no meio uma esfera amarela com zodíaco vermelho.

No decorrer dos sete anos em que subsistiu o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve prevaleceu a carta-lei de D. João VI, datada de 13 de maio de 1816, com a qual foram criadas as armas do Brasil: "Que o Reino do Brasil, diz aquêle documento, tenha por armas uma esfera armilar de ouro em campo azul".

Os bandeirantes, enfeitados pelo ouro e pelas verdes esmeraldas que os índios diziam existir abundantes na lendária Serra Verde, desfraldavam, quase sempre, pendões verdes ou verdes e amarelos. Fernão Dias Pais Leme, o indômito Governador das Esmeraldas, relata Basílio de Magalhães, levava à frente de seus audazes paulistas, uma flâmula verde.

Se a presença, no Brasil, da côrte portuguesa e, depois, de um príncipe regente, tornou possível a independência sem o esfacelamento territorial, impediu, por outro lado, o estabelecimento, desde logo, da república e a conseqüente formação da Bandeira Nacional segundo os moldes das demais Pátrias americanas.

Proclamada a independência, instituiu Pedro I, por decreto de 18 de setembro de 1822, o escudo real das armas segundo modelo essencialmente devido a José Bonifácio de Andrada e Silva, o nosso sábio Patriarca, modelo êsse que foi desenhado pelo pintor francês João Batista Debret, fundador da Academia de Belas Artes, atual Escola Nacional de Belas Artes.

O Grande Andrada, êsse arquiteto ousado

Que amassa um povo na robusta mão...

estabeleceu que a bandeira do império seria composta de um paralelograma verde, e nêle inscrito

um quadrilátero romboidal côr de ouro, ficando no centro o escudo das armas formado por uma esfera armilar de ouro sôbre campo verde, atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo e circundada de 19 estrêlas de prata em uma orla azul. A coroa imperial seria colocada sôbre o escudo, cujos lados ficariam abraçados por dois ramos de planta de café e tabaco.

Se para a maioria dos brasileiros essa Bandeira era considerada como da Pátria, para a família imperial e para a nobreza, era antes a bandeira da casa imperante, segundo as velhas tradições européias.

Proclamada a República na madrugada de 15 de novembro de 1889 a primeira bandeira que surgiu foi hasteada à tarde dêsse mesmo dia, na fachada da Câmara Municipal desta Capital, onde permaneceu até o dia 25 daquele mês.

Era ela a bandeira do Clube Republicano "Lopes Trovão" e compunha-se de listas verdes e amarelas tendo no canto superior, junto à haste, um quadrado prêto pontilhado por 20 estrêlas brancas.

Essa cópia da bandeira Norte-Americana, além de revelar pouca capacidade imaginativa, nenhuma ligação tinha com os velhos símbolos coloniais e imperiais que acompanharam a formação histórica do Brasil. Não teve ela, felizmente, nenhuma repercussão nacional e não chegou a ser hasteada em nenhum outro local, salvo no vapor Alagoas, que transportou Pedro II e sua família para a Europa. Mas nesse exemplar o quadrado prêto fôra substituído por um retângulo azul.

Fugazes ensaios de renovação da bandeira foram feitos por Silva Jardim, pelo Barão do Rio Branco e por Júlio Ribeiro, êste em São Paulo.

Logo às últimas horas do dia 19 de novembro, porém, pelo Decreto n.º 4, o Govêrno Provisório da República estabeleceu o majestoso símbolo que ora nos encanta os olhos e nos enche o coração das mais puras emoções cívicas.

E' o seguinte o teor daquele decreto:

"considerando que as côres da nossa antiga bandeira recordam as lutas e as vitórias gloriosas de nosso exército e da armada na defesa da pátria;

"considerando, pois, que essas côres, independentemente da forma de Govêrno, simbolizam a perpetuidade e integridade da pátria entre as outras nações;

Decreta:

Art. 1.º A bandeira adotada pela República mantém a tradição das antigas côres nacionais — verde e amarelo — do seguinte modo: um losango amarelo em campo verde, tendo no meio a esfera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido oblíquo e descendente da esquerda para a direita, com a legenda — "Ordem e Progresso" — e pontuada por vinte e uma estrêlas, entre as quais as da constelação do Cruzeiro, dis-

postas na sua situação astronômica, quanto à distância e ao tamanho relativos, representando os 20 Estados da República e o Município Neutro, tudo segundo o modelo debuxado no anexo n.º 1.

Art. 2.º As armas nacionais serão as que figuram na estampa anexa n.º 2.

Art. 3.º Para os selos e sinetes da República servirá de símbolo a esfera celeste, qual se debuxa no centro da bandeira, tendo em volta as palavras "República dos Estados Unidos do Brasil".

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Governo Provisório, 19 de novembro de 1889, 1.º da República, Marechal Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório; Quintino Bocaiúva; Aristides Lôbo; Rui Barbosa; Campos Salés; Benjamin Constant; Eduardo Wandenkolk.

Mas, quem foi o idealizador da bela bandeira republicana? Qual o nome daquele que, respeitando as tradições pátrias, seguiu as pegadas do Patriarca da nacionalidade, o sábio José Bonifácio, criador do pavilhão imperial?

Poucos, muito poucos, sabem hoje que o autor do auriverde pendão nacional foi um maranhense tão sábio e tão patriota quanto o fôra, em sua época, o grande José Bonifácio.

Esse maranhense chamava-se Raimundo Teixeira Mendes, e nascera a 5 de janeiro de 1855 na cidade de Caxias, então província do Maranhão, vindo a falecer no dia 28 de junho de 1927, com 72 anos de idade.

Seu pai, cujo nome herdou por inteiro, conquistara na Escola Central de Paris o título de engenheiro, profissão que sempre exerceu com zelo e eficiência. Sua veneranda mãe, D. Inês Vale Teixeira Mendes, que o educou com carinho na religião católica e que com êle viveu os últimos anos, veio a falecer aos 65 anos de idade em seus braços de filho extremoso.

Depois dos primeiros estudos realizados no Maranhão, mudou-se Teixeira Mendes para o Rio onde se matriculou em um colégio de Jesuítas. Permaneceu nesse colégio apenas um ano, iniciando o seu curso secundário com 13 anos de idade, no internato Pedro II. Aluno brilhante e excepcional, tanto pela inteligência de que era dotado, como pela estima que lhe acarretavam suas invulgares qualidades de coração e de caráter, alistou-se êle muito cedo entre aquêles que, no Brasil, se batiam, com fé e ardor, pela extinção dos escravos e pela causa republicana.

O entusiasmo da mocidade brasileira em torno dos ideais de 1789 havia adquirido novo vigor com a abolição da escravatura nos Estados Unidos; com o triunfo dos mexicanos contra Maximiliano, o aventureiro enviado por Napoleão III, bem como, logo depois, com o retorno da república francesa, subseqüente ao desastre de 1870.

Entre os estudantes que haviam abraçado a célebre divisa — reforma ou revolução — figu-

ravam tanto Teixeira Mendes, como o jovem fluminense Miguel Lemos, desde aí irmanados para sempre pelos ideais políticos, filosóficos e religiosos.

Em conseqüência da energia de suas convicções e da pureza e sinceridade de seus sentimentos, já nessa idade pautava o ardoroso maranhense sua conduta pelo que dizia e defendia como justo e certo. Um dos índices de semelhantes características pessoais é dado pela recusa de colar grau de bacharel em letras. Esse ato era, com efeito, antecedido por um juramento, feito de joelhos, com a mão sôbre o Evangelho e nos seguintes termos: "juro manter a religião do Estado, obedecer e defender a S.M. o Imperador e as instituições pátrias; concorrer, quanto me fôr possível, para a prosperidade do império e satisfazer com lealdade às obrigações que me foram incumbidas". Sua honestidade não lhe permitia jurar aquilo que viria certamente depois perjurar.

Em 1874 matriculou-se Teixeira Mendes na Escola Central, atualmente Faculdade Nacional de Engenharia. Foi nesse ano que teve êle o seu primeiro contato com a obra de A. Comte, através da Geometria Analítica, cuja leitura lhe fôra aconselhada por Benjamin Constant. No fim desse mesmo ano, com quase 20 anos de idade, viu por terra, definitivamente a sua fé católica. Em abril de 1875, por ocasião de prova oral daquela matéria, manifestou Teixeira Mendes sua adesão filosófica ao positivismo.

Já por essa época apresentava-se o positivismo bastante difundido no Brasil nos meios mais cultos e adiantados, pois que, desde 1850, vários professores defendiam teses científicas baseados nos ensinamentos morais e intelectuais de A. Comte. Foi, aliás, em 1857, 18 anos antes deste jovem que viria a ser, juntamente com Miguel Lemos, o maior apóstolo da Religião da Humanidade no Brasil, que Benjamin Constant, com 21 anos de idade, travou conhecimento com as obras do grande Filósofo.

Em fins de 1877, os dois amigos partiram com destino à Europa, onde pretendiam continuar os seus estudos, interrompidos na Politécnica por motivo da suspensão que, por dois anos, lhes fôra imposta pela Congregação, com o voto contrário de Benjamin Constant. A penalidade resultara de um artigo de crítica à conduta do diretor da Escola, o Visconde do Rio Branco, por ambos assinado, em defesa de um colega injustiçado.

Um ano depois, regressava Teixeira Mendes para prestar os exames da 2.ª e 3.ª séries da Politécnica. Na mesma época estudava êle também medicina, apesar da saúde precária e dos poucos recursos de que dispunha.

Impossível seria, em poucas linhas, expor a vigorosa e multiforme atividade religiosa, filosófica e política de Teixeira Mendes, cuja história, ficou, desde então, ligada à abolição, à república e a todos os principais fastos da Pátria Brasileira, como também a todos os grandes problemas humanos que agitaram os povos até sua morte.

Para que se perceba o alto valor social dessa vida bastará, dentre os inúmeros serviços de toda ordem que prestou à Humanidade em geral, e à Pátria Brasileira em particular, assinalar alguns bens característicos.

Na época em que iniciou as suas atividades sociais, o problema que empolgava o nosso país era o da abolição da escravatura. A êsse magno objetivo consagrou Teixeira Mendes a sua pena e a sua palavra corajosa e esclarecida.

Em 1880 publicou êle na Gazeta da Tarde, os "Apontamentos para a solução do problema social no Brasil". "A situação do trabalhador, dizia êle nesse escrito, é a preocupação hodierna de todos os espíritos esclarecidos, e, mais que tudo, dos corações bem formados. Entre nós, a grande massa produtora conserva-se ainda na escravidão, e, no resto do Ocidente, acha-se apenas acampada, segundo a frase profundamente característica de A. Comte. Certamente vai um abismo entre as duas condições; cumpre, porém, lembrá-lo, a fim de mostrar que a emancipação do escravo não resolve o problema social brasileiro. E' imprescindível não esquecer jamais o caráter sintético das questões humanas, e chamar a atenção dos governados e dos governantes para o verdadeiro ponto de vista: a reorganização da sociedade".

"Os princípios que acabamos de indicar rapidamente, continua Teixeira Mendes, assinalam a marcha que deverá seguir o estadista brasileiro na solução do problema social. Em primeiro lugar, o homem não pode ser propriedade de ninguém: o produtor do capital humano de modo algum poderá confundir-se com o produto do seu trabalho, isto é, de sua ação real e útil sobre o mundo exterior. Cumpre, portanto, afastar as considerações sofisticadas do egoísmo depravado, que erige as medidas a tomar em ataques à propriedade; semelhante propriedade não existe".

"Como dissemos, o de que se trata é da incorporação do produtor à sociedade moderna. No Brasil, o produtor é escravo, importa, pois, libertá-lo previamente — tais os verdadeiros termos do problema. Pode haver divergências nas resoluções a adotar para atingir semelhante desiderato; em caso algum, porém, deverá prevalecer a consideração da ruína possível de um punhado de escravocratas".

"A nação, que não hesitou em sacrificar milhares de seus filhos e em comprometer o seu futuro numa guerra de cinco anos, cobrindo o país de inválidos, viúvas e órfãos, porque o exigiu a honra nacional, não pode recuar ante o receio de tal ruína, caso viesse a se produzir, por assim o exigir a honra da Humanidade".

No ano seguinte, isto é, em 1881, numa conferência que pronunciou a 7 de setembro e estampada sob o título de "Pátria Brasileira" dizia Teixeira Mendes: "O Catolicismo exausto não teve forças para condenar a maldita instituição e contentou-se então o doloroso espetáculo de sacer-

dotes possuidores de escravos. Ainda mais: em nome de Deus, o confessor absolvía os pecados que os senhores toleravam e aconselhavam as mesmas virtudes que os proprietários exigiam". "Cumpra, pois, cortar o mal pela raiz, suprimindo imediatamente o regime escravagista, isto é, destruindo essa organização monstruosa do trabalho humano em que o produtor tem todos os ônus e só o administrador todos os benefícios da vida social".

A lei abolicionista de 13 de maio de 1888 rompeu o pacto espontâneo de recíproca defesa dos mútuos interesses entre o trono e os escravocratas. Algumas vezes o imperador, cedendo à premente aspiração nacional parecia pessoalmente disposto a apoiar e dirigir o movimento emancipador, mas, logo em seguida, os interesses da coroa o impeliam a fortalecer ainda mais a resistência a essa inovação.

Os escravistas, cujo apêgo ao trono provinha unicamente do interesse pela conservação da nefanda propriedade humana, prejudicados com o 13 de maio, desertaram a causa monárquica e alistaram-se nas fileiras democráticas, com grande surpresa dos imperialistas e repulsa dos verdadeiros republicanos.

A monarquia no Brasil, sem tradições, divorciada das simpatias populares, desamparada pelos escravocratas, não podia, também contar mais com o apoio do exército, já minado pelos desgostos causados pelos recentes castigos disciplinares infligidos ao tenente-coronel Sena Madureira, Cunha Matos, Deodoro, Leite Lobo, e outros. Além disso, mais agravava a precária situação da coroa a obstinada resistência do governo a adotar a liberdade de culto, o registro civil e a autonomia das províncias. A gratidão à princesa Izabel, depois de 13 de maio, era anulada pela antipatia popular ao Conde d'Eu e pelas suspeitas nascidas das suas tendências clericais.

Miguel Lemos e Teixeira Mendes, desde o início, demonstravam e esclareciam, em diversas publicações dirigidas ao soberano, ser a monarquia uma instituição morta, sem que houvesse força capaz de ressuscitá-la ou impedir que fôsse eliminada, ainda mesmo que o governo indenizasse os ex-senhores de escravos, e acrescentavam: "vemos aproximar-se êsse desfecho fatal com a segurança de quem espera a realização de um fenômeno astronômico cientificamente previsto, menos a determinação do instante em que terá lugar, porque os acontecimentos sociais não comportam a precisão matemática".

Não cessavam, além disso, os dois brasileiros, de aconselhar ao imperador que, resolutamente, assumisse êle próprio a direção do movimento que não poderia impedir. Havendo concorrido eficazmente e sem vacilações, para a propaganda republicana, de acôrdo com o programa político traçado por A. Comte, contavam os dois amigos colher os frutos dos seus ensinamentos, mediante uma reforma pacificamente dirigida. Pelo ascendente moral, esperavam êles, em breve prazo, de-

cisivas modificações nas opiniões e nos costumes dos seus concidadãos de modo a incutir, principalmente nas elites dirigentes, a necessária abnegação e os conhecimentos suficientes para que efetuassem elas mesmas, de modo voluntário e pacífico, as transformações políticas e sociais indicadas pela ciência sociológica.

Fundada a república por Benjamin Constant, com o indispensável e decisivo concurso do Marechal Deodoro, em meio de indescritível regozijo popular, sem um único incidente que viesse empanar a glória da pacífica jornada, formou-se o novo governo do qual participavam Demétrio Ribeiro e o próprio fundador da República Brasileira. Além desses dois eminentes positivistas, havia entre os republicanos a marcante personalidade de Júlio de Castilhos e de seu partido, bem como muitos outros elementos simpatizantes ou adeptos da Religião da Humanidade.

Conquanto não houvessem participado do movimento revolucionário, em razão da sua rigorosa fidelidade aos ensinamentos de A. Comte, colaboraram Miguel Lemos e Teixeira Mendes em tôdas as grandes medidas verdadeiramente republicanas adotadas pelo Governo Provisório, entre as quais avultam a criação da bandeira nacional e a separação entre a Igreja e o Estado, necessária à plena liberdade espiritual.

A bandeira da nossa República foi idealizada por Teixeira Mendes e pintada, pela primeira vez, pelo grande artista brasileiro Décio Vilares, segundo os conselhos de Miguel Lemos no que dizia respeito à necessidade de se conservar a essência da antiga bandeira do império, instituída por José Bonifácio, suprimindo-se nela, simplesmente, as armas imperiais e inscrevendo-se a divisa: "Ordem e Progresso".

O Dr. Pereira Reis, lente de astronomia da Escola Politécnica e amigo de Teixeira Mendes, muito contribuiu para realçar o aspecto panorâmico da abóboda celeste cujas constelações principais ampliou, dando posição de destaque à do Cruzeiro.

O projeto foi aceito sem reservas por Benjamin Constant e pelo Marechal Deodoro e aprovado por todo o Governo, mediante o já citado Decreto n.º 4 de 19 de novembro de 1889.

Ao prestígio de Benjamin Constant deve o Brasil possuir hoje "a mais bela bandeira do mundo" no dizer de Rui Barbosa. O lema nela inscrito "Ordem e Progresso", devia ser, na opinião de Jorge V da Inglaterra, introduzido nas bandeiras de todos os povos civilizados.

Por solicitação de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, Teixeira Mendes redigiu dois artigos descritivos que foram publicados no "Diário Oficial". O eminente criador do Pavilhão Nacional, declarou então, que o seu projeto visava, sobretudo, manter a continuidade histórica, a fim de garantir, em tôda a sua plenitude, o sentimento de fraternidade cívica, e, ao mesmo tempo, evitar para o novo símbolo da Pátria, a condição de cópia caricata e inexpressiva da bandeira Norte-Americana.

No primeiro dos dois artigos acima referidos, Teixeira Mendes, transcreve o decreto de 18 de setembro de 1822 com que José Bonifácio instituiu o escudo de armas e a bandeira do Império para ressaltar a sua nobre intenção de conservar a esfera armilar de ouro dada por D. João VI ao reino do Brasil pela carta de lei de 13 de maio de 1816, e de rememorar o primeiro nome, — Terra de Santa Cruz —, que ao Brasil fôra imposto por ocasião do seu descobrimento, bem como a de honrar, evocando-as com estrêlas, as províncias de que era então constituída a nossa Pátria.

Comparada a antiga com a nova bandeira, verifica-se, explica Teixeira Mendes, que, na última, foram conservadas as antigas côres azul e branca, que lembram a fase colonial do país, bem como a esfera destinada a recordar a esfera armilar, ligando-nos assim ao período do reino-unido.

Foi, dêste modo, substituída a esfera armilar pela representação idealizada do aspecto da abóboda celeste, na capital do país, na manhã de 15 de novembro, momento êsse em que a constelação do Cruzeiro do Sul se achava no meridiano. Esta circunstância astronômica lembra a fé que presidiu os primórdios de nossa evolução social e o primeiro nome do Brasil. As estrêlas projetadas na bandeira foram escolhidas em número igual ao dos estados federados mantendo-se, assim, o simbolismo usado pelo glorioso Patriarca da independência.

As posições relativas dessas 21 estrêlas correspondem, aliás, aproximadamente, à disposição geográfica dos nossos estados, com exceção do Distrito Federal, segundo o feliz estudo elaborado pelo general Djalma Polli Coelho.

Eliminou Teixeira Mendes da nova bandeira nacional, os ramos de fumo e de café, por não constituírem, sob nenhum aspecto, nem as nossas melhores fontes de riqueza, nem as que hão de prevalecer no futuro. Êsses e outros recursos materiais ficaram melhor simbolizados pelo verde e pelo amarelo da velha bandeira de José Bonifácio, olhados como emblemas de nossa exuberante flora, e das nossas imensas jazidas minerais.

Entre os inestimáveis serviços prestados à Pátria por Teixeira Mendes, avulta, sem dúvida, a criação da admirável Bandeira Nacional, a primeira planejada do ponto de vista social e sob a inspiração dos supremos interesses da Humanidade.

A arcaica heráldica medieval, já morta e sem expressão na alma popular, foi substituída pela viva simbologia da arte moderna baseada na ciência e na indústria. O *belo* foi assim ligado de modo indissolúvel ao *verdadeiro* e ao *útil*, bases do futuro.

Ao vê-la drapejar serena e majestosa, bela e acolhedora, pura e aureolada de glória, o nosso joelho se dobra e, reverente, balbuciamos a prece do poeta:

Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que à luz do Sol encerra
As promessas divinas da esperança...